

Rádio Comunitária e Educomunicação Ambiental: pistas teórico-conceituais

Marcelo de Oliveira Volpato*

Índice

Introdução	1
1 Rádio Comunitária: comunidade, participação e cidadania	2
2 A rádio comunitária e a educação	5
3 Educação Ambiental através da Rádio Comunitária: algumas pistas	8
Considerações	11
Referências	12

Resumo

O trabalho apresenta uma discussão teórico-conceitual sobre a potencialidade das rádios comunitárias promoverem processos educativos e de promoção da cidadania. Entende-se que estes processos podem ocorrer por meio da veiculação de conteúdos ligados à comunidade bem como da viabilização da participação popular no fazer-comunicação. Partindo de pesquisa bibliográfica e do relato de estudos realizados por outros pesquisadores pretende-se discutir pistas para o desenvolvimento de projetos de educação ambiental por meio da participação nas rádios comunitárias. Conclui-se que, se gerida de

forma democrática, as rádios comunitárias podem promover processos de educação ambiental não-formal e/ou informal eficazes.

Palavras-chave: Rádio Comunitária; Educomunicação; Educação Ambiental.

Introdução

Parece-nos oportuno refletir acerca das potencialidades da comunicação comunitária para desenvolver processos de educação ambiental. Pelo que observamos em casos concretos relatos por pesquisadores, além de veicular uma programação relacionada à comunidade com conteúdos que lhes dizem respeito, a mídia comunitária possibilita a participação da população ocupando o papel de emissores, o que pode resultar em vários processos educativos.

Primeiramente procuramos discutir sobre as configurações da mídia comunitária, privilegiando as rádios comunitárias. Em seguida, levantamos algumas relações entre estes veículos de comunicação e a educação, além de apontar conceitos sobre educação informal e não-formal. Por fim, apresentamos algumas pistas sobre a possibilidade do desenvolvimento de projetos de educação ambiental através da viabilização da partici-

*Mestrando em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo – UMESP. Bolsista CNPq. E-mail: volpatomarcelo@hotmail.com.

pação da comunidade nas rádios comunitárias.

Como metodologia, parte-se de pesquisa bibliográfica e documental e procura, a partir de experiências relatadas por outros pesquisadores, discutir a possibilidade do desenvolvimento de projetos de educação ambiental por meio da participação em rádios comunitárias. Na tentativa de exemplificar esta possibilidade e facilitar sua demonstração, este artigo evidencia relatos de um estudo de caso apresentado por Marcela Galvão Bernardi (s/d) sobre o projeto "Recreio Natureza" desenvolvido na escola municipal "Prefeito Omar Sabbag", de Curitiba. A maioria dos projetos de educação ambiental através de meios de comunicação privilegia aspectos da educação formal. Como mostra Peruzzo (2007, p. 83), "atualmente se tem valorizado muito a radioescola, por exemplo, como instrumento para melhorar os processos de ensino e aprendizagem". Projetos que discutam a educação ambiental não-formal e informal, aparentemente, são pouco estudados o que justificaria nossa dificuldade em encontrar pesquisas que privilegiem estes aspectos. Os relatos de Bernardi (s/d) foram os únicos por nós encontrados, mas que, a nosso ver, dão conta de demonstrar, de forma preliminar, a possibilidade de se desenvolver projetos de educação ambiental através da participação em rádios comunitárias.

1 Rádio Comunitária: comunidade, participação e cidadania

Faz-se necessário discutir as diferentes nuances da Rádio Comunitária uma vez que existem diversos tipos de emissoras de rá-

dio de baixa potência com finalidades diferentes, entretanto todas são comumente chamadas de comunitárias.

Salientamos que neste artigo referimo-nos àquelas que desenvolvem um trabalho junto à comunidade difundindo informações de interesse local, aberta à participação popular, capazes de promover a cidadania e processos educativos, em suma, que se proponha a um modelo de comunicação participativo que proporcione "oportunidades de atenção que geram e reeditam planos comuns do presente e do futuro homem, e fortalecem o sentido universal e diferenciado de identidade e interesse comuns" (LASSWELL apud BELTRAN, 1981, p. 27).

Com o objetivo de esclarecer esta diversidade, Peruzzo agrupa as rádios comunitárias em cinco tipos: a) as eminentemente comunitárias; b) as que estão sob controle de algumas pessoas; c) as comerciais; d) as de cunho político-eleitoral; e) as de cunho religioso (PERUZZO, 1998, p. 9).

Sabemos que todos estes tipos de rádios comunitárias prestam relevantes serviços às suas comunidade, entretanto é preciso ressaltar que as emissoras que, em maior escala, promovem a cidadania desenvolvendo processos educativos e participativos são as eminentemente comunitárias.

Entendemos que "cidadania" relaciona-se diretamente ao processo histórico-social e pode, então, ser compreendida de diversas maneiras. Assim, relaciona-se ao direito de pertencer a uma nação, igualdade perante a lei, direito à liberdade de acesso à informação, direito à comunicação, etc (PERUZZO, 2002, p.78-9). Salienta-se que as pessoas, ao exercerem as funções de um veículo de comunicação, além de desenvolverem diversas capacidades como ampliar seus conhecimen-

tos técnicos, aprender a falar em público, etc, ampliam a consciência do direito de ter direito.

O direito de acesso do cidadão aos meios de comunicação como produtor, emissor e gestor por si só, a nosso ver, caracterizaria o exercício da cidadania em sua dimensão cultural, entretanto, a mídia comunitária, além disso, promove a conscientização da população sobre os seus direitos¹.

Este tipo de emissora se constitui como comunicação contra-hegemônica porque veicula um conteúdo diferente² da grande mídia, baseado na pluralidade das vozes da comunidade. Difere-se do conteúdo da grande mídia porque contribui “não apenas para democratizar o diálogo, mas principalmente para reduzir visões preconcebidas e preconceituosas sobre os mais diversificados grupos humanos e propostas” (PAIVA, 2007, p. 141).

Ser uma rádio comunitária não significa se contrapor à produção de qualidade, mas sim promover de fato uma comunicação dialógica e bidirecional, ou seja, onde o receptor torna-se emissor e vice-versa, onde as manifestações político-sócio-culturais da comunidade em que está inserida tenham visibilidade.

Este espaço de acesso aos meios de comunicação pelas comunidades é assegurado pela Lei 9.612/98 que, apesar de suas limitações, estabelece a concessão do serviço de radiodifusão comunitária à fundações e as-

¹ Sobre liberdade de comunicação e cidadania ver PERUZZO, Cíclia M. K. Ética, liberdade de imprensa, democracia e cidadania. In: *III Encontro Nacional de Investigadores de la Comunicación*. Bolivia, Santa Cruz de la Sierra, junho de 2002.

² Sobre o conteúdo veiculado pela mídia comunitária ver p. 4.

sociações comunitárias sem fins lucrativos com sede no local de prestação de serviço. Quanto à “não ter fins lucrativos”, entendemos que a emissora não deve destinar os lucros aos seus donos – mesmo porque uma rádio comunitária não tem dono.

Compreendemos ser necessário uma fonte de renda para que a emissora possa desenvolver um trabalho responsável e de qualidade junto à comunidade. Para isso, acreditamos ser possível uma mobilização da própria comunidade que poderá atuar de diversas formas seja através de apoios culturais, através de cotas, como associados, enfim, através do trabalho e da movimentação da própria comunidade.

Importante destacar que, em alguns casos, alguns poucos resolvem privatizar a rádio comunitária para seus próprios benefícios. Estes “coronéis da mídia”, promotores de uma comunicação vertical, impositiva e monológica monopolizam aquilo que seria um dos maiores avanços no acesso aos meios de comunicação do Brasil. Além de não possibilitarem o acesso da comunidade ao meio de comunicação e, por consequência, não darem visibilidade às suas manifestações reproduzem os conteúdos dos grandes meios de comunicação.

Entretanto, como dissemos, referimo-nos aqui às rádios que atuam como um espaço plural, aberto à participação da comunidade, auto-gerida pelas entidades representativas da comunidade, autônomas em relação ao governo, grande mídia, partidos políticos e religiosos³.

³ Ver as características da mídia comunitária em PERUZZO, Cíclia M. Krohling. *Mídia Comunitária*. In: *Revista Comunicação e Sociedade*. n. 32. São Bernardo do Campo: UMESP, 1998 e em PERUZZO, Cíclia M. K. *Mídia Local e suas interfaces*

Quanto aos níveis de participação na mídia comunitária urge destacar a importância de se atingir níveis mais efetivos de participação popular. Para uma mídia eminentemente comunitária espera-se não apenas que se dê voz à população, mas sim que a comunidade esteja inserida e mobilizada neste processo de “fazer comunicação”, inclusive na gestão da emissora. A maioria dos media apresenta baixos níveis de participação como em entrevistas, depoimentos; poucos casos apresentam participação na produção das mensagens; raros casos apresentam participação no planejamento e gestão dos meios⁴. Ressaltamos, contudo, que somente níveis ampliados de participação é que promovem processos de educação e de promoção da cidadania.

Em relação ao conteúdo, a mídia comunitária os apresenta de forma diferente das outras mídias. Segundo Peruzzo,

os conteúdos dizem respeito às necessidades, problemáticas, artes, cultura e outros temas de interesse local, como por exemplo: notícias sobre as atividades de grupos populares organizados, esclarecimentos visando afastar crianças do tráfico de drogas, campanhas contra a discriminação da mulher e das raças, dicas de saúde, informações sobre prevenção de doenças, reivindicações de serviços públicos de uso coletivo e outras informações de utilidade pública (PERUZZO, 2007, p. 149)

Como se percebe, os conteúdos da mídia eminentemente comunitária também se diferenciam dos apresentados pela grande mídia. Enquanto os primeiros veiculam infor-

com a mídia comunitária. In: *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. v. 4, n. 1, 2006.

⁴ Sobre níveis de participação na mídia comunitária ver PERUZZO (2004).

mações relacionadas àquela determinada comunidade, como explicitado acima, a grande mídia, por atingir públicos maiores, apresentam informações mais gerais como catástrofes, crimes cometidos, esporte nacional e internacional, escândalos no governo estadual ou federal, etc.

Patrick Alumuku e Robert White (2005, p. 57-8) trazem apontamentos sobre as características de rádios comunitárias da África. As emissoras de Gana, por exemplo, apresentam diversas características parecidas com as brasileiras eminentemente comunitárias como produzir programas educativos, procurar alertar a comunidade sobre os principais problemas locais, abordar a questão da violência, saúde, exclusão, entretanto algumas contribuições para o caso brasileiro podem ser observadas como ser dirigida por um pequeno quadro assalariado de pessoas experientes em desenvolvimento e educação comunitários e que atuem como incentivadores da participação da comunidade, angariar apoio através de várias fontes: pagamento de anúncios, publicidade, campanhas de arrecadação de fundos, subvenção de agências estrangeiras para o desenvolvimento.

Sabemos que no Brasil as rádios eminentemente comunitárias enfrentam diversos problemas quanto à escassez de recursos financeiros, uma vez que a legislação brasileira permite apenas a veiculação de apoios culturais. Seguindo o mesmo raciocínio de López Vigil (apud PERUZZO, 2007) salientamos a necessidade de a mídia comunitária ter o direito de se estabelecer como instituição/associação e arrecadar recursos de forma eficaz. Indiscutivelmente arrecadar recursos não significa privatizar os benefícios arrecadados, isto é, destinar o lucro a algumas pou-

cas pessoas, mas sim, à melhoria e ao aperfeiçoamento da emissora.

No mesmo sentido parece acenar Gláucia Conceição Ventura (2004, p. 97) quando compara os principais aspectos das rádios comunitárias do Brasil e Canadá. Segundo ela, no Canadá existem rádios “financiadas por doações provenientes de sua audiência, por organismos de desenvolvimento internacional, por meio de publicidade e por parte dos governos” (VENTURA, 2004, p. 97). A autora ainda afirma que algumas emissoras canadenses “pertencem a organizações sem fins lucrativos ou cooperativas cujos membros constituem sua própria audiência. Outras pertencem a estudantes, universidades, municípios, igrejas ou sindicatos” (VENTURA, 2004, p. 97).

Uma outra disparidade considerável entre os dois países é quanto à autorização pela legislação canadense do funcionamento das emissoras comunitárias tanto em amplitude modulada (AM) como em frequência modulada (FM), enquanto que no Brasil autoriza-se apenas o segundo tipo de modulação.

Conforme nos mostra a autora (p. 101), enquanto o governo do Canadá demonstra grande cuidado e preocupação na preservação da língua e da cultura, no Brasil o que se percebe é uma indisposição por parte do Ministério das Comunicações no processo de aprovação de pedidos de autorização para funcionamento e mesmo no dia-a-dia das emissoras haja vista o grande índice de “interferências, lacre e apreensão de equipamentos e perseguição política” (p. 101) às lideranças de rádios comunitárias. Como se pode observar, sem dúvida, as leis e decretos que regem estas emissoras carecem de uma cuidadosa discussão.

Repensar a aplicabilidade da legislação

vigente assim como o papel do jornalista na comunicação comunitária são necessidades imprescindíveis. “A função desse profissional, considerado frequentemente como agente externo, é provocar a participação” (PAIVA, 2003, p. 143). Práticas de paternalismo, gestão burocratizante ou autoritarismo técnico e político devem ser combatidas para que o acesso da comunidade à emissora seja efetivo. Quanto maior os níveis de participação, maior também serão os processos educativos e a promoção da cidadania. Como nos salienta a autora, “para ser comunitária é preciso que seja gestão permanente da comunidade. Para ser educativa não basta transmitir aulas e cursos, é preciso uma visão do processo educativo comprometido com a ética e com as mudanças sociais” (PAIVA, 2003, p. 147).

2 A rádio comunitária e a educação

A comunicação comunitária⁵ apresenta como uma de suas principais características

⁵ Referimo-nos aqui à comunicação comunitária como o canal de expressão de comunidades. Sabemos que, na prática, a comunicação comunitária se confunde com alguns aspectos da comunicação popular e da alternativa, entretanto algumas diferenças se configuram. Discussões sobre as relações entre comunicação comunitária, popular e alternativa podem ser encontradas em DORNELLES, Beatriz. Divergências conceituais em torno da comunicação popular na América Latina. In: *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. ed 9. Agosto de 2007. Disponível em: <http://www.compos.org.br/files/26ecompos09_BeatrizDornelles.pdf>. Acesso em: 05 jan.2008 e em PERUZZO, Cicilia M. K. *Revisitando os conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária*. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa “Comunicação para a Cidadania”, do XXIX Congresso Bra-

a possibilidade de promover processos educativos; não apenas pelo conteúdo veiculado, mas também pelo “aprendizado que proporciona àqueles que participam do processo de planejamento, criação, transmissão de mensagens e de gestão” (PERUZZO, 2007, p. 81-2), além da “formação das consciências para o consumo crítico das mensagens midiáticas” (PAIVA, 2007, p. 145).

André Barbosa Filho (2003, p. 50) resalta como uma das principais características do rádio a sua função social de atuar como agente de informação e formação do coletivo. Através de idéias de Robert Mcleish, o autor pontua as funções do rádio para a sociedade dentre as quais estaria a de “facilitar o diálogo entre indivíduos e grupos, promovendo a noção de comunidade” e ainda “mobilizar recursos públicos e privados para fins pessoais ou comunitários” (BARBOSA FILHO, 2003, p. 50). O autor ainda salienta que o rádio tem a “magia de cativar e seduzir os seus ouvintes, conduzindo-os a atitudes e comportamentos [...], um meio que influencia o cotidiano das pessoas, e assim nos possibilita resultados positivos” (BARBOSA FILHO, 2003, p.50).

Através de uma abordagem sobre os gêneros radiofônicos o autor salienta que o gênero educativo-cultural, “se devidamente utilizado, poderá ser de grande valia na conquista da cidadania” (BARBOSA FILHO, 2003, p. 109-110). Nesta mesma direção salienta Kaplun:

[educação radiofônica implica em] transmissão de valores, a promoção humana, o desenvolvimento integral do homem e da comuni-

sileiro de Ciências da Comunicação. Intercom/UnB, Brasília-DF, 6 a 9 de setembro de 2006.

dade, as que se propõe a elevar o nível de consciência, estimular a reflexão e converter cada homem em agente ativo da transformação de seu meio natural, econômico e social (apud BARBOSA FILHO, 2003, p. 110).

Ana Luisa Zaniboni Gomes (2007) salienta da necessidade de se reformular os métodos de educação. Parte-se da premissa de que a apreensão do mundo tem-se dado mais pelos meios de comunicação do que pelos meios escolares.

Entende-se que locais como a família, o espaço profissional, a participação em mobilizações da comunidade, a participação em veículos comunitários promovem processos educativos mais eficazes do que uma simples veiculação de um conteúdo com este fim.

Ao exercer as funções de um veículo de comunicação as pessoas desenvolvem diversas capacidades: aprendem a falar em público, desenvolvem a criatividade, melhoram a auto-estima, desenvolvem talentos artísticos, ampliam seus conhecimentos técnicos, legais e etc., em suma, ampliam a consciência do direito de ter direito (PERUZZO, 2007).

Como se pode observar, processos educativos podem acontecer dentro de uma sala de aula, mas também fora dela; através de conteúdos educativos veiculados pela mídia, mas também através da participação no fazer-comunicação. Desta forma, salientamos, segundo idéias de Gohn (2006), as diversas nuances da educação: formal, não-formal e informal.

Para a autora, educação formal é aquela “desenvolvida nas escolas, com conteúdos previamente demarcados” (GOHN, 2006, p. 28). Aqui o professor é o educador e os atos educativos acontecem nas escolas, em insti-

tuições certificadoras e regulamentadas por lei. Pressupõem-se ambientes normatizados, com regras e padrões definidos previamente aonde as finalidades são relativas ao ensino e aprendizagem de conteúdos historicamente sistematizados.

A educação formal requer tempo, local específico, pessoal especializado, organização de vários tipos (inclusive a curricular), sistematização seqüencial das atividades, disciplinamento, regulamentos e leis, órgãos superiores etc. Ela tem caráter metódico e, usualmente, divide-se por idade/classe de conhecimento (GOHN, 2006, p. 30).

A educação não-formal é “aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos” (GOHN, 2006, p. 28). É um processo amplo que abrange a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos, a aprendizagem de habilidades e exercício de práticas comunitárias, etc. Aqui o educador é o “outro”, ou seja, aquele com quem interagimos. Os espaços educativos são fora da escola, locais informais. Segundo a autora ocorrem processos interativos intencionais e a intencionalidade é um elemento de diferenciação. Há uma intencionalidade na ação, no ato de participar, de aprender e de trocar saberes. A finalidade da educação não-formal é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos. Aqui se desenvolve uma série de processos como:

consciência e organização de como agir em grupos coletivos; a construção e reconstrução de concepção (ões) de mundo e sobre o mundo; contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade;

forma o indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas capacita para entrar no mercado de trabalho); [...] resgata o sentimento de valorização de si próprio [...]; o desejo de lutarem para ser reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais, etc.); [...] os indivíduos aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca (GOHN, 2006, p. 30-1).

A educação informal desenvolve-se nos “processos de socialização – na família, bairro, clube, amigos, etc., carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados” (GOHN, 2006, p. 28). Os educadores são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, colegas de escola, a igreja paroquial, os meios de comunicação de massa, etc. Os seus espaços são demarcados por referências de nacionalidade, localidade, idade, sexo, religião, etnia, etc., como a casa, a rua, o bairro, a igreja, etc. e ocorrem em ambientes espontâneos. A educação informal socializa o indivíduo, desenvolve hábitos, comportamentos, modos de pensar e de se expressar no uso da linguagem; os resultados não são esperados, eles simplesmente acontecem a partir do desenvolvimento do senso comum dos indivíduos,

não é organizada, os conhecimentos não são sistematizados e são repassados a partir das práticas e experiência anteriores, usualmente é o passado orientando o presente. Ela atua no campo das emoções e sentimentos. É um processo permanente e não organizado (GOHN, 2006, p. 30).

Diante da complexidade da relação entre comunicação e educação, Ismar de Oliveira Soares (apud LAGO; ALVES, s/d, p.2)

apresenta definição do termo educomunicação como

o conjunto de ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a criar e a fortalecer ecossistemas comunicativos em espaços educativos presenciais ou virtuais, assim como melhorar o coeficiente comunicativo das ações educativas, incluindo as relacionadas ao uso dos recursos da informação no processo de aprendizagem (apud LAGO; ALVES, s/d, p. 2).

A criação deste termo, firmado por Soares, mas sobre influência de pesquisadores como Mario Kaplun, Paulo Freire, Francisco Gutierrez apresenta uma discussão sobre as inter-relações entre estas duas áreas do conhecimento – educação e comunicação – e conduz para um pensamento de que a educação é comunicação, é dialógica, não devendo, assim, ser vista como uma simples troca de conhecimento, de saber, mas como um processo horizontal de interação entre cidadãos no qual não existem professor/aluno, nem educador/educando, e sim interlocutores, sujeitos de um processo participatório e dialógico. Nas palavras de Freire,

educação enquanto prática da liberdade não é a transferência ou transmissão de sabedoria ou cultura, não é a extensão do conhecimento técnico, não é o ato de depositar informações ou fatos nos aprendizes (apud BELTRÁN, 1981, p. 26).

Desta forma, entendemos que na comunicação comunitária e, inclusive em rádios comunitárias, processos de educomunicação (sejam não-formais ou informais) são significativos porque promovem o desenvolvimento do ser-humano em suas competências

e habilidades podendo, até mesmo, promover a mobilização da comunidade para algum fim.

Esta capacidade da mídia comunitária apresentada aqui não se resume em especulações ou teorias acadêmicas. Muitos casos concretos evidenciam a possibilidade do desenvolvimento da cidadania por meio da participação nos meios de comunicação. Vários casos foram reunidos por Peruzzo (2007) e dão conta de demonstrar estes processos.

3 Educação Ambiental através da Rádio Comunitária: algumas pistas

A partir da Lei nº. 9.795 de 27 de abril de 1999 a educação ambiental torna-se um “componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999, online).

Desta forma, diante da crise ambiental em que se encontra o planeta, a não preservação dos ecossistemas e o atual desenvolvimento sócio-econômico torna-se premente a implantação de mecanismos de educação ambiental eficazes. Um dos maiores desafios é convencer as pessoas da necessidade de se discutir sobre a proteção ao meio ambiente, entretanto, entendemos que através de processos de educação ambiental os indivíduos poderão conhecer, desenvolver habilidades e competências para a preservação dos ecossistemas.

Como em um processo dialógico a educação ambiental não deve ser encarada como uma transferência de conhecimentos, mas

sim de um saber que é construído junto com os envolvidos. Não se deve simplesmente transferir valores do educador para o educando, mas proporcionar a este uma consciência ecológica crítica que faz nascer um conhecimento construído a partir desta interação.

Chamamos de “consciência ecológica crítica” a capacidade do cidadão, de posse das informações que recebeu através da educação ambiental, discernir, analisar, compreender, posicionar-se e se mobilizar na preservação do meio-ambiente, na utilização de produtos biodegradáveis, na disseminação da educação ambiental, etc., por própria consciência desta necessidade e não simplesmente por modismo ou por uma sugestão de outrem.

A educação ambiental, como se observa, procura promover o equilíbrio entre o homem e o meio-ambiente através da disseminação de conhecimento sobre a sua conservação e sobre a utilização sustentável dos recursos naturais, empenhando-se na busca de soluções para as problemáticas ambientais. Segundo o artigo 1.º da Lei n.º 9.795, de 1999 (BRASIL, 1999, on-line), educação ambiental os processos pelos quais constrói-se “valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente” (BRASIL, 1999, on-line).

A educação ambiental se fundamenta em dois princípios básicos: 1. Uma nova ética que orienta os valores e comportamentos para os objetivos de sustentabilidade ecológica e a equidade social; 2. Uma nova concepção do mundo como sistemas complexos, a reconstituição do conhecimento e o diálogo de saberes (UNESCO apud DUARTE; ESPINOLA, 2006, p. 110).

Os meios de comunicação, como divulgadores de informação, podem potencializar os projetos de educação ambiental promovendo a conscientização, veiculando conteúdos educativos⁶, esclarecendo sobre o panorama ambiental, etc. “O fornecimento de informações aos cidadãos [...] é um princípio que deve nortear a gestão ambiental, de forma a permitir a tomada de decisões e a promoção de ações visando a melhoria da qualidade de vida e do ambiente” (FURRIELA apud DUARTE; ESPINOLA, 2006, p. 112).

Considera-se importante, então, a responsabilidade dos veículos de comunicação e de seus profissionais no sentido de veicular uma programação consciente e educativa. Maior importância ainda é confiada aos meios de comunicação comunitária seja pela possibilidade de veicularem um conteúdo mais ligado às necessidades da comunidade, seja pela possibilidade de potencializarem ainda mais a educação ambiental através da promoção da participação no fazer-comunicação.

A mídia comunitária dá prioridade aos assuntos de interesse local explorando, inclusive, informações educativas de temas relacionados às necessidades e interesses da comunidade. Dessa forma, existe possibilidade de mobilizar as pessoas para atingir um objetivo em comum como, por exemplo, uma campanha de educação ambiental.

Às rádios comunitárias é reservado grande

⁶ O conteúdo das mensagens veiculadas pela mídia comunitária caracteriza-se por temas que dizem respeito à realidade da comunidade onde a emissora se situa, serviços de utilidade pública, conteúdos educativos (como se prevenir doenças, perigos representados pelo tráfico de drogas, discussão de problemas ligados ao preconceito racial, sobre formas de preservação do meio-ambiente, etc.).

potencial para o desenvolvimento de campanhas de educação ambiental também pelo fato pode transmitir conteúdos intimamente relacionados à comunidade e conseguir mobilizá-la.

Diferentemente da grande mídia, os meios comunitários de comunicação são abertos à participação da população, ou seja, o locutor, o repórter, o redator, o editor, o técnico de som, o responsável pela gestão são integrantes da própria comunidade. Este é o grande diferencial educativo da mídia comunitária, pois além de promover processos de ensino-aprendizagem pelos conteúdos veiculados o fazem também através da participação.

Ao ouvir um programa voltado à educação ambiental de uma rádio comunitária o ouvinte recebe informações, apreende e se mobiliza, entretanto, ao entrevistar um biólogo, um cientista ambiental, as autoridades responsáveis pelo desenvolvimento de políticas ambientais, a população sobre os problemas enfrentados pela possível ineficácia de projetos ambientais o indivíduo promove um processo de educação informal e não-formal e a quantidade de informações acessadas por ele, a consciência criada e o processo de mobilização originado parecem-nos muito mais aprofundados.

Marcela Bernardi (s/d, p. 13) apresenta-nos os resultados da produção de um radi-jornal sobre educação ambiental realizado por alunos da escola municipal “Prefeito Omar Sabbag”, de Curitiba. Ao final de toda a produção obteve-se um programa de rádio intitulado “Recreio Natureza”, com 12 minutos de duração. Apesar de o projeto ter sido realizado em uma escola as crianças saíram a campo, entrevistaram pessoas relacionadas ao meio ambiente, observaram alguns problemas relacionados ao tema, sistemas de re-

ciclagem, etc., ou seja, trata-se de educação informal e não-formal.

Foi solicitado às crianças que escrevessem o que aprenderam com o projeto:

Eu aprendi a não jogar lixo nas ruas e no chão e aprendi também a reciclar vidro, plástico e papel. Antes de eu aprender eu não fazia nada disso. [...] Comecei a ensinar minha mãe e meu pai, na minha casa só tinha uma lixeira e agora tem quatro lixeiras: uma para vidro, outra para plástico e outra para papel e outra para comida [...]. E eu tenho um sítio lá longe e eu falei para o meu pai: Pai, planta uma árvore porque o senhor cortou uma (LARISSA L. IUCZEK apud BERNARDI, s/d, p. 13).

Aprendi a reciclar o lixo e reutilizar o papel escrito. [...] Quando fomos na usina, eu aprendi a não jogar lixo no chão e cuidar da natureza. [...] Aprendi a separar o lixo orgânico do reciclável (RAYANNE M. PAVANETTI apud BERNARDI, s/d, p. 13).

Eu aprendi coisas com os três R. Reciclar, reutilizar, reduzir. [...] Quando eu tiro a folha do caderno eu guardo na minha mochila e reutilizo a folha de novo (DULCINÉIA apud BERNARDI, s/d, p.13).

Com estes depoimentos observamos a potencialidade dos processos de educomunicação (informal e não-formal) em uma rádio comunitária. Além de terem contato com conceitos sobre meio ambiente e reciclagem as crianças incorporaram e passaram a ser adeptas da preservação ambiental. Este processo participativo fez nascer nos envolvidos um sentimento de compromisso, responsabilidade, sentimento de pertença a uma comunidade, de caráter cooperativo o que, sem dúvida, mobiliza com maior eficiência que pela simples veiculação de conteúdo.

A participação na comunicação comunitária contribui para uma formação cidadã porque cria processos educativos que ampliam a consciência das pessoas e promove o desenvolvimento de habilidades, além de fazê-las experimentar novas experiências e conhecer outras realidades. O ato de fazer comunicação tem ainda uma função contra-hegemônica, ou seja, caminham em direção à construção de uma nova ordem comunicacional ligada às manifestações sócio-culturais da comunidade e não aos interesses mercadológicos e, ainda, que rompe com a relação dominador/dominado, emissor/receptor. Todos participam juntos do processo.

Na mídia comunitária a questão da “transdisciplinaridade” adquire tom singular. Profissionais de diversas áreas, sejam biólogos, jornalistas, donas-de-casa, advogados, cientistas, professores, estudantes, trabalham juntos na produção das mensagens midiáticas e fazem nascer um rico processo de educação no qual todos os envolvidos aprendem e ensinam. A educação ambiental torna-se notável quando desenvolvida nestas condições. Além de fazer os envolvidos conhecerem a importância da preservação ambiental, cria um sentimento de responsabilidade e de pertença que os mobiliza e os faz sentir parte integrante deste grande ecossistema, a Terra. Nasce, então, por decisão própria a vontade de colaborar para a causa proposta.

Revela-se considerável, então, a responsabilidade dos gestores das rádios comunitárias que devem estar atentos à criação e ao desenvolvimento de “mecanismos que viabilizem a participação, sem o que esta não ocorre e não se sustenta” (PERUZZO, 2004, p. 282). Muito mais do que os profissionais da grande

mídia que devem estar atentos à qualidade do conteúdo veiculado, os gestores das rádios comunitárias devem, dia a dia, viabilizar um envolvimento cada vez mais amplo da população.

É este tipo de projeto de educação ambiental que propomos aqui. Tendo como base os exemplos já conhecidos, sabendo que a proposta da comunicação comunitária, incluindo a das rádios comunitárias, é a promoção da educação e da cidadania através da participação social acredita-se ser também um espaço propício para o desenvolvimento de educação ambiental não-formal e informal. Talvez, fazendo ressurgir, através da comunicação comunitária, sentimentos como os de mobilização, cooperação, de pertença, de amizade e proximidade caminemos para uma re-configuração ou reelaboração daquilo que Ferdinand Tönnies e outros pesquisadores conceituaram como comunidade, pois como bem salienta Paiva (PAIVA, 2003, p. 71), é possível que comunidade e sociedade coexistam “e a preponderância de uma ou outra seja o que caracteriza cada momento histórico” (PAIVA, 2003, p.71). Para atores sociais excluídos e, em meio à impetuosidade da globalização, as comunas culturais parecem ser a principal alternativa: “quando o mundo se torna grande mais para ser controlado, os atores sociais passam a ter como objetivo fazê-lo retornar ao tamanho compatível com o que podem conceber” (CASTELLS, 1999, v.2, p. 85).

Considerações

Observa-se que a proposta de promover a participação popular em mídias comunitárias com objetivos educativo-ambientais viabiliza, além da apreensão de conceitos e

idéias, a sensibilização e a mobilização das pessoas sobre a importância e a necessidade de se preservar os ecossistemas e desenvolver hábitos ecologicamente saudáveis como a reciclagem do lixo, a utilização de produtos biodegradáveis, etc.

Diferentemente do aprendizado adquirido quando da recepção de conteúdos de educação ambiental, a participação nos projetos de produção de mensagens midiáticas promove uma interiorização dos conteúdos discutidos e observados. Ou seja, a participação promove aprendizados mais eficazes do que a simples recepção de conteúdos.

As rádios eminentemente comunitárias, por sua proximidade territorial e pelos mecanismos que promovem a participação, se configuram como meios propícios para o desenvolvimento de processos educativo-ambientais, de mobilização e, por consequência, de promoção da cidadania.

Referências

- ALUMUKU, P.; WHITE, R. Rádio Comunitária para o Desenvolvimento na África. In: *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*. vol. 3, n. 1. 2005. p. 56-65.
- BARBOSA FILHO, A. *Gêneros radiofônicos: os formatos e os programas em áudio*. São Paulo: Paulinas, 2003.
- BELTRAN, L. R. Adeus a Aristóteles: Comunicação Horizontal. In: *Revista Comunicação & Sociedade: revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social*. São Bernardo do Campo: IMS, 1981, n. 6. p. 5-35.
- BERNARDI, M. G. *Educomunicação: Uma proposta para a educação ambiental*. [s./l.; s./d.], Disponível em: <http://200.155.18.61/informacao/-79c2f01_115d80a527a_-7fe3.pdf>. Acesso em: fev. 2008.
- BRASIL. *LEI n.º 9.795 de 25 de abril de 1999*. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L9795.htm>>. Acesso em: 03 mar. 2008.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v.2
- DUARTE, F.; ESPINOLA, B. Comunicação e Educação Ambiental: Estudo de Caso em Curitiba. In: *Comunicação e espaço público*. Ano IX, n. 1 e 2, 2006. p. 108-119.
- GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. In: *Ensaio: aval. pol. públ. educ.* Rio de Janeiro, v.14, n. 50, jan-mar/2006. p. 27-38.
- GOMES, A. L. Z. *Na boca do rádio: o radialista e as políticas públicas*. São Paulo: ABRASCO, OBORÉ, Editora Hucitec, 2007.
- LAGO, C.; ALVES, P. H. *Raízes educacionais: do conceito à prática*. [s./l.; s./d.] Disponível em <<http://www.usp.br/nce>>. Acesso em: 15 fev. 2008.
- PAIVA, R. Para reinterpretar a Comunicação Comunitária. In: PAIVA, R. *O retorno*

da comunidade: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 133-148.

<<http://www.revistabecan.com.br>>.

Acesso em: fev. 2008. p. 91-102.

PAIVA, R. *O espírito comum: Comunidades, Mídia e Globalismo.* 2 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2003.

PERUZZO, C. M. K. Rádio Comunitária, Educomunicação e Desenvolvimento. In: PAIVA, Raquel. *O retorno da comunidade: os novos caminhos do social.* Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 69-94.

PERUZZO, C. M. K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.* 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PERUZZO, C. M. K. Ética, liberdade de imprensa, democracia e cidadania. In: *Palestra proferida no III Encontro Nacional de Investigadores de la Comunicación.* Bolívia, Santa Cruz de la Sierra, junho de 2002.

PERUZZO, C. M. K. *Participação nas rádios comunitárias no Brasil.* Versão ampliada do paper apresentado no GT Cultura e Comunicação Popular, XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife-PE, 9 a 14 de setembro de 1998. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 04 mar. 2008.

VENTURA, G. C. Rádios Comunitárias: análise comparativa entre Brasil e Canadá. In: *Revista interfaces Brasil/Canadá.* Rio Grande, n. 4, 2004. Disponível em: